

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA- AEDAI
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA
INGAZEIRA- FAFOPAI
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO: PEDAGOGIA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO EM
ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: REFLEXÕES A PARTIR DA REDE DE
PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL – CREAS - NA PROMOÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS

CÍCERA APARECIDA DO AMARAL

AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE
JUNHO 2014

AUTARQUIA EDUCACIONAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA - AEDAI

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE AFOGADOS DA
INGAZEIRA - FAFOPAI

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

CURSO: PEDAGOGIA

CÍCERA APARECIDA DO AMARAL

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO EM
ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: REFLEXÕES A PARTIR DA REDE DE
PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL – CREAS - NA PROMOÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira como requisito parcial para obtenção de grau em licenciatura plena em Pedagogia, sob orientação da Professora M.e. Juliana Carlinda Silva Ferreira.

Afogados da Ingazeira-PE

JUNHO de 2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTORA: Cícera Aparecida do Amaral

TÍTULO: Estágio Supervisionado e a Formação do Pedagogo em espaços não escolares: reflexões a partir da rede de proteção socioassistencial – CREAS - na promoção dos Direitos Humanos

TRABALHO APROVADO EM ____/____/____

Examinador

Orientador

Coordenador da Banca

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao grande Arquiteto do Universo pelo dom da vida, por me conceder força e coragem para seguir em frente mesmo em meio aos grandes obstáculos e as inúmeras quedas, por me iluminar nos dias mais escuros da minha vida e não me deixar desamparada, pois sei que sem a intervenção divina não teria chegado ao final do percurso. Minha eterna gratidão aos meus pais, por caminharem comigo nessa jornada e por nunca me deixarem baixar a cabeça diante das dificuldades, aos meus dois irmãos pelo incentivo, pela colaboração e por ser a luz nos momentos de escuridão. Meu profundo agradecimento a minha orientadora Juliana Carlinda Ferreira, por dedicar um pouco do seu tempo ao meu trabalho e por contribuir significativamente para a construção do mesmo; aos amigos que me deram a mão quando precisei; aos educadores da Autarquia pela gama de conhecimentos que compartilharam comigo ao longo desses quatro anos. Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram e me apoiaram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais e meus irmãos, porque sempre permaneceram ao meu lado nos momentos de atribulações no decorrer dessa jornada.

EPÍGRAFE

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho vislumbra a cerca de uma temática de grande relevância para a esfera educacional e social, uma vez que, enfatiza o estágio supervisionado em espaços não escolares, uma dimensão complexa, porém muito importante para o cerne social, pois é por intermédio do estágio que o estagiário se aproxima de sua área de atuação, a fim de discutir o estágio como uma forma reflexiva e de não ser entendido por um viés que se remete a meras reproduções das práticas já existentes. Partindo desse pressuposto, dinâmica é preciso que a educação esteja inserida nos mais distintos lugares que não sejam condizentes apenas com a sala de aula exclusivamente, pois além da escola existem outros precisa-se de alunos críticos e reflexivos que possam observar a realidade e traçar novas ações diante das circunstâncias existentes. Sendo a sociedade extensa e espaços que podem ser desenvolvidas ações educativas, como por exemplo o CREAS(Centro de Referência Especializados da Assistência Social) ambiente onde são desenvolvidos os serviços socioassistenciais destinados aos indivíduos que vítimas da violação direitos e que são atendido do referido espaço. Os serviços são desenvolvido pelo Pedagogo Social, os quais contribuem para o crescimento do sujeito enquanto cidadãos, favorecendo também na promoção dos Direitos Humanos.

Palavras Chaves: Educação Social, Pedagogo, Estágio, Sujeitos, Direitos Humanos, Sociedade.

ABSTRACT

This work presents about an issue of great relevance to the social and educational sphere, since, emphasizes supervised in-school spaces, but very important for the core complex social dimension, because it is through the stage the trainee nears its area of operations in order to discuss the stage as a reflective way and not be understood by a bias that refers to mere reproductions of existing practices. Based on this assumption, one needs critical and reflective students can observe the reality and chart new shares on existing circumstances. With an extensive and dynamic society requires that education be inserted in widely different places that are not only consistent with the classroom solely because beyond the school there are other spaces that educational initiatives can be developed, such as CREAS (Center Specialized Reference Social Assistance) environment where social assistance services for individuals who rape victims rights are met and that the said space are developed. Services are developed by the Social Pedagogue, which contribute to the growth of the subject as citizens, also favoring the promotion of Human Rights.

Key Words: Social Education, Educator, Stage, Subjects, Human Rights, Society: Key Words., Educator, Stage, Subjects, Human Rights

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é composto por três capítulos, os quais vislumbram a cerca de uma temática de grande relevância para a esfera educacional e social, uma vez que, enfatiza a respeito do estágio supervisionado em espaços não escolares, uma dimensão complexa, porém, muito importante para o cerne social. As práticas educativas desenvolvidas nas instituições não dão suporte a grande demanda de problemas que existe na sociedade.

O primeiro capítulo é intitulado de: A Pedagogia Social como saber profissional de referência, o qual relata a atuação do profissional em espaços não escolares, e os desafios enfrentados por eles mediante os fatores de ordem econômica, política e social. Enfatiza, ainda, sobre a educação social e os Direitos Humanos, os quais precisam ser trabalhados dentro da educação social, uma vez que, na sociedade existem grupos de pessoas que sofrem violação de direitos, dentre os indivíduos, pode-se citar os idosos, as crianças e adolescentes, e a população LGBTTT.

No capítulo é abordada também sobre a sociedade inclusiva, uma temática bastante pertinente para ser debatida, pois quando se fala em direitos violados e nos indivíduos que são atingidos pelos diversos problemas, é possível compreender que ao ser afetado pelas díspares violações de direitos, os sujeitos se reprimem de sua participação na sociedade, ficando à margem de tudo e todos. Partindo desse pressuposto, entende-se que os indivíduos ficam excluídos da sociedade, entretanto, a educação social vai trabalhar com eles a autonomia e a efetiva participação no meio em que vivem.

O segundo Capítulo fala sobre Educação Social e Pedagogia Social, onde se faz uma abordagem a respeito da iniciação do curso de pedagogia, o qual se destinava para lecionar, e, especificamente às séries iniciais e ao curso Normal Médio, por isso, ser formado em pedagogia era ser um profissional destinado à docência, porém o curso não se restringe a esse conceito, o pedagogo pode atuar nas áreas escolares, mas também nas não escolares.

Entre a atuação nos âmbitos não escolares, a educação social se reporta ao desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, os quais se destinam a assistir os sujeitos que tiveram seus direitos violados, e que precisam de atendimentos que sirvam de ferramenta para fortalecer os vínculos familiares, sendo o sujeito um indivíduo que vive em sociedade, e tem como núcleo principal a família, onde todos têm direitos e deveres, que necessariamente precisam ser preservados, porém, quando acontece o contrário, é relevante que a educação social desenvolva os serviços socioassistenciais para corrigir os problemas e como forma de proteger os indivíduos de qualquer situação vivenciada.

Sabe-se que em todas as esferas da sociedade há pessoas vítimas de violação de direitos e que carecem do atendimento do profissional da educação social, e por isso fez-se entrevistas com pessoas que puderam estagiar nos espaços não escolares e especificamente no CREAS, os quais puderam relatar qual o público que trabalharam e as atividades desenvolvidas. Colocou-se em evidência a diferença entre pedagogo escolar e pedagogo social, onde as respostas dos entrevistados ganharam conotações diferentes, sendo que segundo as respostas, o pedagogo nas escolas tem seu trabalho voltado para o ensino/aprendizagem e os conteúdos, enquanto que o pedagogo social trabalha com a parte mais complexa, por se tratar de pessoas com direitos violados.

O enfoque do terceiro capítulo é para O estágio supervisionado reflexivo e as contribuições para a participação em espaços não escolares, a discussão da temática é sobre o estágio enquanto atividade reflexiva, ou seja, o estagiário precisa aprender que o estágio é uma vivência que necessariamente não serve apenas para preencher fichas ou cumprir uma carga horária, mas um momento que o estagiário pode utilizar para fazer uma análise da realidade que o cerca e poder fazer crítica a respeito das modificações que precisam ser feitas dentro dessa realidade.

Fazer menção ao estágio supervisionado é possível dizer que é uma forma de aproximar o estudante do seu campo de atuação, enquanto futuro profissional. Por outro lado não pode fazer dicotomia entre teoria e prática, uma vez que ambas estão intimamente ligadas na realização das ações do profissional no espaço de atuação.

O Pedagogo que atua na esfera não escolar pode está trabalhando no equipamento CREAS, espaço onde se concentra grande parte das problemáticas

relacionadas com violação de direitos, no equipamento, além do pedagogo há outros profissionais que desempenham um serviço articulado, com o objetivo de resolver as situações, entre elas as de média complexidade, que se refere aos indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas não houve a ruptura dos vínculos familiares.

Capítulo I

A Pedagogia Social como saber profissional de referência

1.1 O educador social e os desafios da sociedade Vigente

A sociedade passa atualmente por grandes transformações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, e em meio a essas modificações o ser humano inevitavelmente sofre influência e também influencia esses contextos.

Partindo desse pressuposto de que a sociedade vive um momento de mudança, a educação por sua vez deve estar atenta às modificações, visando atender a grande demanda que recorre para seu interior em busca de edificar suas estruturas pessoais e profissionais.

É notório que se vive na época da globalização, onde tudo acontece em velocidade absurda, e o campo educacional tende a acompanhar essa rapidez, uma vez que a população de massa não pode ficar alheia aos avanços que acontecem no espaço social.

Mesmo atendendo a alguns requisitos advindos das transformações, a instituição escolar deixa lacunas no que diz respeito aos direitos sociais, porque apesar de atender uma grande demanda que vem do meio social com certa gama de conhecimentos, quando é devolvida ao meio social encontra-se com uma ampliação bastante relevante, porém vale salientar que as práticas educativas que se dá dentro da instituição escolar não presta atendimento de forma geral para todo o campo social, pois existem indivíduos inseridos na sociedade que não têm acesso aos conhecimentos científicos, e outros que mesmo tendo conhecimentos, mas, por inúmeros fatores ligados ao medo ou mesmo a condições financeiras que não favorecem para uma vida independente no âmbito social.

Tendo em vista que uma parcela dos seres humanos vive de forma excludente, se faz necessário que os sujeitos sejam inseridos nos parâmetros da educação não formal, a qual acontece fora dos muros escolares, onde as atividades educativas são realizadas por um educador social, profissional este que é responsável por desenvolver os trabalhos socioeducativos direcionados às pessoas que passam por dificuldades sociais ou situações de risco no meio em que vivem, e,

que precisam do apoio eficaz de um especialista possa contribuir para a superação dos problemas enfrentados.

A educação Social torna-se diferente da educação escolar, pois enquanto que a segunda tem um olhar direcionado para os problemas que afetam o ensino e a aprendizagem, a primeira se direciona para os problemas de cunho social, propriamente os fatores ligados a prevenção ou a violação de direitos. Ela não faz distinção no que tange a demanda que vai ser atendida, segundo os autores Carvalho e Baptista (2004,p 83) *“por outro lado, a educação social demarca-se da educação em geral, e, sobretudo da educação escolar, pelo caráter não formal de uma intervenção direcionada para todas as pessoas, independentemente da sua situação de vida”*.

Trabalhar com o social não é tarefa fácil, porém, para desenvolver atividades é preciso ter ciência de que é uma área onde o profissional se depara com uma conjuntura de problemas, lida com realidades heterogêneas e mutáveis; para trabalhar com essas situações o educador precisa ter dinamismo, adaptabilidade e criatividade, porque para desenvolver ações com o público das esferas sociais é necessário está preparado e ciente de que há pessoas em situações deploráveis e degradantes e, portanto não pode inexistir um caráter profissional para lidar com as díspares circunstâncias conflituosas.

Os indivíduos precisam está a par dos acontecimentos do contexto social e de suas transformações, bem como das novas exigências trazidas pelas mesmas, por isso é preponderante a atuação do educador social já que ele exerce a função de mediador, possibilitando que o público envolvido se reestabeleça das situações de risco e ao mesmo tempo construir a própria identidade, reforça CARVALHO E BAPTISTA (2004.p: 92)

Os educadores sociais estão profissionalmente vocacionados para uma intervenção que procura, antes de mais, ajudar a encontrar sentido para os itinerários pessoais, promovendo a capacidade de decisão e de participação dos indivíduos ao mesmo tempo que são integrados em redes sociais que possam apoiar o processo de construção das respectivas identidades.

Em meio às complexas modificações que a sociedade apresenta, é imprescindível que o educador social esteja sempre se atualizando em relação às

temáticas a serem abordadas no seu trabalho, ele precisa ter uma formação contínua, pois as situações sociais são dinâmicas, e como profissional engajado nesse trabalho deve ter uma formação sucessiva, já que não há conhecimentos prontos e acabados. No entanto é notável que a todo instante a realidade realça uma nova configuração, exigindo desse profissional uma leque de saberes e competências para lidar efetivamente com as situações de risco enfrentados pelo indivíduo, individualmente ou em grupo. Afirma CARVALHO E BAPTISTA (2004 p: 87)

A formação contínua é decisiva para que a prática do educador social evolua de acordo com a sensibilidade das situações e dos desafios que sucessivamente se vão colocando. Mas numa época como a nossa em que somos constantemente interpelados por apelos à formação contínua, permanente ou especializada de acordo com as designações adotadas por diferentes correntes, em diversas circunstâncias e em sucessivos períodos históricos.

É aparente para as várias camadas sociais que em várias extensões da sociedade encontra-se uma parcela de pessoas reféns da violência, da exclusão, alheios a liberdade, somando uma problemática incontornável, e para sair da obscuridade é relevante que o profissional esteja atuando juntamente com um ou cada grupo, não objetivando uma resolução súbita, mas proporcionando um estímulo pela aprendizagem e consequentemente uma alteração de comportamento bem como seres atuantes e precisos.

A inserção dos seres que sofrem por alguma condição de conflito dar-se por meio de atividades socioeducativas, as quais são desenvolvidas pelo educador social, nesses momentos educacionais os sujeitos são convidados a participar de palestras de projetos desenvolvidos na comunidade, para que dessa forma as pessoas em situações de risco possa ter um conhecimento teórico acerca dos seus direitos e deveres, bem como serão acompanhados pelos profissionais. Com o trabalho pautado nesses parâmetros existe uma incomensurável possibilidade de amenizar os problemas já existentes, os que podem se repelir para a marginalização social ou mesmo a exclusão, assim como impedir o surgimento de novos.

A atuação do educador social em moldes informais vem a contribuir para conquista dos direitos violados, pois os indivíduos são vistos como seres que agem

sentem e pensam, ele é trabalhado em seu contexto enquanto ser humano, os aspectos considerados englobam toda uma extensão social, proporcionando a eles através de atividades socioeducativas seu papel no mundo e com o mundo, bem como, o reconhecimento dos direitos humanos muitas vezes infringidos.

No entanto é por meio desse trabalho e do protagonista das ações que esses indivíduos vítimas de uma vivência diferenciada são resgatados para a sociedade, podendo viver de uma forma mais digna.

1.2 A educação Social e os Direitos Humanos (terceira idade, criança, adolescentes, população LGBTT...)

Compreende-se que a sociedade é extensa e composta por várias disparidades, e que a educação faz seu papel tentando mesclar o saber científico que é trabalhado dentro das instituições, com as problemáticas que afetam a vida dos sujeitos, de uma forma holística, pode-se perceber que a preocupação gira em torno do ensino e da aprendizagem e apenas um pequeno respaldo aos segmentos de origem social como um todo de uma maneira sucinta e sistemática. Diante do exposto percebe-se que há uma fragilidade acerca do foco com os fatores sociais e com as pessoas que vivem em situações de riscos.

A educação trabalhada nas instituições escolares, não vislumbra as situações que afetam os indivíduos em suas condições humanas, portanto é preciso analisar por um ângulo de cunho social, que existem inúmeras pessoas que são esquecidas, são vistas como frágeis e inúteis, um alguém afastado da sociedade ou de quaisquer vínculos afetivos. Essas problemáticas não são casos isolados, mas que acontecem em todas as esferas, seja na nomenclatura individual ou coletiva, o sujeito necessita da intervenção de um profissional capacitado para resgatá-lo para a vida, para participação no núcleo social.

Dentre os vários problemas existentes, a velhice é uma das situações que se pode notificar como prática da exclusão, porque os descasos em relação à pessoa idosa são imensos, por serem pessoas idosas que estão cansadas devido à idade. É evidente para a sociedade que o descaso também ocorre devido ao abandono dos familiares, que acarreta o sentimento de inutilidade por parte do próprio idoso e por

parte de alguns membros da sociedade. Fazendo um paralelo entre ser jovem e ser velho, entre as duas fases da vida dos seres humanos são remetidas distinções totalmente opostas, sendo a primeira vista como um elogio ou virtude, enquanto o segundo se remete a um defeito. Segundo CARVALHO E BAPTISTA (2004 p: 34)

Eis uma verdade muito simples, mas que os estereótipos sociais tendem a desvirtuar dizendo-nos, por exemplo, que um velho deve procurar ser jovem (em vez de assumir a velhice, evitando angústias óbvias), mas curiosamente, nunca o contrário. No fundo, porque à partida, a juventude é olhada como sendo, por si mesma, uma virtude e a velhice um defeito. Ser jovem é, por isso, um elogio, ser velho uma ofensa.

Tendo em vista os problemas enfrentados pela terceira idade dentro do contexto social, percebe-se a existência de grandes contribuições para o alargamento de uma sociedade excludente, os idosos são vistos como seres que não servem para compor a massa social; devido ao conceito expresso erroneamente, os sujeitos vivem em situações de vulnerabilidade, uma grande quantidade de pessoas idosas não têm acesso a uma vida digna e ainda têm seus direitos violados. Portanto, para coibir a perpetuação dessas causas, a educação social toma à frente da situação para trazer os sujeitos que se encontram no fim da vida, colocando-os de volta dentro da sociedade, promovendo momentos que eles possam se sentir úteis e ter gosto pela vida, já que devido à exclusão feita pela sociedade esses indivíduos se denominam como incompetentes que não servem pra nenhuma função no ambiente de convívio.

Vale ressaltar, que o trabalho social pauta-se em fatores que circundam de forma negativa na vida do idoso, os quais afugentam os mesmos de forma que os impedem de viver seus dias de forma saudável e tranquila, muitas vezes esses problemas que os afligem são de origem intrafamiliar, por propiciarem os cuidados necessários para eles que se encontram na terceira idade.

É notável para a população que em vários locais existem pessoas velhas sendo maltratadas e abandonadas pelos seus familiares, os quais negam os cuidados aos seus entes idosos. O educador social procura desempenhar uma função em que os direitos do idoso prevaleçam e que possam usufruir e viver dignamente, conforme o Estatuto do Idoso (MDS, 2010). *In Verbis*:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Diante do exposto pode-se perceber que o que acontece na sociedade é uma controvérsia ao que diz o artigo, pois inúmeros idosos vivem em situações de risco, com seus direitos violados, e a família que tem por obrigação dar essa assistência não a faz devidamente; para não se responsabilizar pelos cuidados, coloca o idoso em casas de apoio, deixando-os carentes do vínculo familiar, ambiente importante para o desenvolvimento de qualquer indivíduo.

A velhice tem que ser entendida como algo inerente à vida de qualquer ser humano, por isso os sujeitos precisam ser acolhidos e cuidados da melhor forma, bem como, precisam ser incluídos na sociedade cívica, porque mesmo se encontrando em certa idade não deixam de ser cidadãos e que merecem respeito de todos os integrantes da sociedade. Segundo Carvalho e Baptista (2004 p: 34)... *“velhice não tem de ser vivida dramaticamente como um fardo a suportar pela sociedade ou como uma inferioridade cívica a esconder pelo indivíduo ou pela comunidade...”* De acordo o mencionado pelos autores, o fator velhice não deve-se viver como uma carga que a sociedade deve suportar, nem deve ser um grupo de cunho inferior, que em termos de direitos e deveres precisa permanecer oculto pela comunidade.

Diante do aludido, pode-se perceber que o trabalho social é de fundamental importância para o mencionado grupo de indivíduos, os quais são presumidos pela sociedade como pessoas inúteis e incapazes, um problema para o meio social, diante do pressuposto cria-se uma forma de discriminação com a terceira idade, que por si só já carrega o protótipo de que, “velho” não serve pra nada. Para retroceder esses casos, as atividades sociais precisam fazer com que a pessoa idosa possa enxergar a vida por outro ângulo e que mesmo com a idade avançada não deixam de ser cidadãos dotados de direitos e deveres. De acordo com SCORTEGAGNA e OLIVEIRA (2010: p: 60)

Os preconceitos acerca da velhice elucidam as faces da discriminação e opressão que muitos idosos sofrem, por serem considerados sujeitos

improdutivos e sem capacidade de aprender. Nesse sentido, o idoso fica caracterizado como um peso para a sociedade, a qual por muitas vezes o oprime, considerando que seus conhecimentos são ultrapassados e suas experiências não tem significado.

E necessário que essas nomenclaturas utilizadas com a pessoa idosa, sejam desfeitas, e que possam viver com equidade no meio em que estão inseridos, poder desfrutar de todos os fatores que os dignificam enquanto sujeitos da terceira idade, pois independente da idade têm condições para viver no âmbito social interagindo com os diversos grupos sociais.

Partindo desse pressuposto, pode-se entender que o envelhecimento é um fator inerente ao ser humano, um fator inevitável, portanto a lei assegura o direito a proteção social dos idosos, evidenciando ainda que eles têm direito a educação, cultura, lazer e serviços típicos da idade. Contudo, os direitos reservados a pessoa idosa precisam ser afirmados e praticados, visto que há um extenso número de idosos com os direitos violados colocando-os à margem da sociedade e fortalecendo o viés do regresso social. *In Verbis*:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.(ECA)

Diante do que é expresso pelo artigo, implica dizer que o estatuto da criança e do adolescente coloca que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e a saúde através do desenvolvimento de políticas públicas, as quais favorecem uma existência digna que possibilita um crescimento digno e harmonioso, porém, não é dessa forma que acontece na realidade, porque inúmeras crianças e adolescente são afastados dos seus direitos, passando a viver em situações degradantes, são submetidos ao abandono, convivendo com a doença, fome, com o trabalho, as agressões, a exploração infantil, partindo dessa contextualização há falha das políticas públicas e presença da violação de direitos dos menores. *In Verbis*:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.(ECA)

Uma temática que vale ressaltar em se tratando da violação de direitos é inclusa a homossexualidade, a qual é afetada pela criminalização no que diz respeito à violência, seja física ou psicológica, independente da orientação sexual eles não deixam de ser seres humanos que precisam ser protegidos, bem como ter seus direitos preservados. Entretanto, se referindo a pessoa humana, a população LGBTTT têm o direito de viver com dignidade no meio em que estão inseridos.

Do ponto de vista teórico, alguns estudiosos ao tratar da afirmação histórica dos Direitos Humanos sobrepõem seus pressupostos e princípios tendo como finalidade a observância e proteção da dignidade da pessoa humana de maneira universal, entendendo que os direitos humanos são frutos da própria qualidade de pessoa humana, pelo fato dela pertencer a essa espécie (Marinho, 2012, p:24)

Com base na fala do autor, é relevante a proteção e dignidade da pessoa humana de uma forma universal que venha abranger todos por igual. Partindo desse pressuposto todos têm o direito de ter uma boa qualidade de vida para sua existência, e quando as situações são contrárias é preciso que haja a intervenção de um profissional que possa dar suporte aos indivíduos para que seus direitos não sejam violados.

Esses direitos são essenciais ao ser humano, entretanto todos precisam usufruí-los, mesmo sabendo que certa parcela é acometida pela violação de direitos, pode-se afirmar que esses grupos compreendem-se os idosos, as crianças e adolescentes, os idosos, a população LGBTTT, todos eles não vivem com dignidade, porque são afetados por uma carga de problemas que os impedem de viver como cidadãos participativos na sociedade. Contudo é necessário que os Direitos Humanos sejam implementados na vida de cada ser com ou sem direitos violados.

1.3 A sociedade inclusiva: Uma Reflexão sobre a Educação Social

Sendo o Educador social o profissional destinado a trabalhar com as causas ou problemas sociais, tem a função de articular o seu fazer com as situações conflitantes que perseguem a vida dos indivíduos, ao mesmo tempo precisa está

desenvolvendo atividades socioeducativas com o intuito de fazer com que os sujeitos participem ativamente e com autonomia das decisões existentes na sociedade. Cabe salientar que para que haja uma sociedade inclusiva, é necessário que as pessoas vítimas de algum tipo de violação originária de fatores ligados à pobreza, classe social, raça ou gênero recebam um atendimento voltado para resolver essa problemática e que essas situações não fiquem sem resposta.

Mediante as várias configurações existentes na sociedade, é nítido o número de pessoas que não atuam devidamente como verdadeiros cidadãos, isso devido à sociedade que segrega os sujeitos fazendo distinção de raça ou gênero; levando a sustentação do racismo e do preconceito cercando a vida dessas pessoas. Para contornar os problemas que abrangem os indivíduos, faz-se necessário a presença da pedagogia social, a qual ocupa um espaço de extrema importância, segundo Carvalho e Baptista (2004,p: 58) *“A pedagogia social ocupa um lugar privilegiado na construção de instrumentos conceptuais necessários para compreender e acompanhar as trajectórias de vida que tornam os indivíduos reféns de situações de infelicidade e de exclusão”*.

De acordo com a afirmação dos autores, a pedagogia social toma um espaço privilegiado, podendo construir instrumentos relevantes no acompanhamento dos sujeitos, os quais estão presos a uma grande adversidade de problemas e assim excluídos dos demais. Contudo, é preciso que sejam desenvolvidas atividades socioeducativas, possibilitando a inserção do indivíduo no ambiente de interação, de relação interpessoal, sendo que todo o trabalho deve ser articulado e realizado de uma forma conjunta, ou seja, o profissional e o público alvo.

Essa intervenção é importante, pois vislumbra construir laços sociais, que possibilitem o bem estar do indivíduo mediante o contexto social, que esses reconstruam sua autoestima, bem como autonomia de vida. Em meio a tantas situações problemáticas o sujeito se sente fora do patamar social, sendo capaz de criar barreiras entre si mesmo e os acontecimentos de ordem social política e econômica, contribuindo para a perpetuação de uma sociedade excludente, a qual fala em equidade, mas que não percebe as pessoas em sua liberdade de escolha e de expressão independente de qualquer natureza, como diz a Constituição Federal em seu Artigo. 5º *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer*

natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Falar em educação social é pautar-se em uma educação que se propõe desfazer os entraves existentes nos grupos sociais, ou seja, resgatar aquelas pessoas marginalizadas para o cerne social, para que possam viver integrados nos demais grupos e usufruir dos direitos garantidos em lei. Entretanto, ser afetado por um problema de ordem social não presume que o sujeito precisa ser visto como diferente ou inútil para a sociedade e para aprimorar as situações carece da intervenção de profissionais para que o público atendido tenha ciência quanto aos seus direitos sociais.

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 se refere de maneira bastante genérica aos direitos sociais por excelência, como o direito a saúde, ao trabalho, ao lazer entre outros. Partindo desse pressuposto, os direitos sociais buscam a qualidade de vida dos indivíduos, no entanto apesar de estarem interligados, faz-se necessário, ressaltar e distinguir as diferenças entre direitos sociais e direitos individuais. Portando os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais, são, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade (CF)

De acordo com o artigo mencionado, os direitos sociais estão atrelados ao direito à saúde, ao trabalho, ao lazer. Diante do contexto, entende-se que a lei coloca os termos para serem cumpridos, porém, nas práticas sociais acontecem ao contrário, é notável que nem todos gozam dos direitos promulgados pela Constituição. Para tanto, os direitos sociais devem ser garantidos pelo estado com o objetivo de favorecer uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos, equacionando as situações de desigualdade.

Não se pode dizer que o indivíduo que não goza dos seus direitos sociais está incluso na sociedade, porque à medida que tem o direito negado, passa a ocupar um patamar de exclusão. Diante da realidade, a educação social precisa atuar de forma minuciosa, direcionada aos socialmente excluídos e que perderam de alguma forma o sentido da vida, sendo assim, é por meio da intervenção educativa que se

pode conseguir a emancipação do ser humano vulnerável ao algum tipo de problema.

Falar que existe uma sociedade de inclusão é algo que remete uma inverdade, pois no meio social são visíveis os fatores que circundam e aflige a vida das pessoas vítimas de algum tipo de violência; entre as várias categorias afetadas pode-se notificar o grupo de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, que são afetados por vários tipos de violência, onde muitas vezes os agressores fazem parte do convívio das vítimas. Entretanto, sabe-se que há leis que especificam os direitos que podem ser usufruídos pelas vítimas e demais sujeitos enquanto pessoas atuantes da sociedade percebe-se que a lei estabelece, mas nem todos são beneficiados por ela.

Partindo desse pressuposto, existem lacunas na sociedade que inviabilizam a consolidação da inclusão social, por ser algo que precisa ser bem trabalho mediante a imensa quantidade de indivíduos que estão à margem da sociedade, atingidos por algum problema social. Para conseguir equidade é necessário que a sociedade seja vista como um todo, sem dicotomias, onde haja respeito aos direitos das pessoas.

Desigualdade não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. (Wercheim, 2003)

De acordo com o mencionado, a desigualdade consiste em resultado estabelecido pelas culturas como forma de excluir as pessoas que vivem em patamar menos elevado no que diz respeito às condições econômicas e sociais de cada indivíduo. A sociedade excludente vem colocar em xeque a cidadania, que supostamente é para todos, mas apresenta um conceito diferenciado, porque há cidadania dos incluídos e a cidadania dos excluídos e consequentemente os direitos e as oportunidades também são díspares.

Portanto, enquanto houver essa distinção no cerne social, a exclusão será cada vez mais alarmante à medida que em que a desigualdade cresce, proporcionando o surgimento de problemáticas que afetam a vida das pessoas, colocando-as a margem da sociedade. É devido aos problemas que afetam as

camadas sociais, que se pode analisar tamanha desigualdade, bem como seus derivados, e entendendo a situação em tela é necessário que seja desenvolvido o trabalho social que englobe os indivíduos que devido aos problemas sociais carecem de uma intervenção que propicie a volta deles na sociedade e possam se tornar pessoas emancipadas.

Assim, sabe-se que os indivíduos farão parte de uma sociedade onde vai predominar a desigualdade social em decorrência dos múltiplos fatores de cunho político, econômico e social que são colocados de formas distintas para cada grupo de indivíduo. Entretanto, para isso são desenvolvidas políticas de assistência social que ao invés de amenizar os problemas, torna-se um fator favorável para seu crescimento.

É preciso fazer dicotomias entre assistência e assistencialismo, pois trazem significados totalmente diferentes, o primeiro por sua vez é apresentado para a sociedade como método que contribui para o crescimento das desigualdades sociais, porque à medida que algo é apresentado como a forma certa de agir e que possivelmente resolve os problemas daqueles que passam por situações de carências, seja na vida social ou financeira. Entretanto, assistência é fenômeno condizente aos direitos humanos, tem por princípio assistir aos casos de urgência.

Assim, enquanto o assistencialismo é estratégia de manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde ao um direito humano. Certamente, devemos aceitar que assistência não é propriamente solução, pois assistir não é solucionar. Toda assistência significa atendimento emergencial, exceto aqueles casos que precisa ser mantida até o fim da vida ou do ciclo da idade. (Demo, 1994, p: 31)

Contudo, a fala do autor evidencia que o assistencialismo é um método para propagar as desigualdades sociais, por possibilitar o aprisionamento do sujeito ao doador de benefícios, porque a solução coloca-se como meras compensações aos indivíduos que carecem de intervenção, porém é essa forma errônea sobre o assunto em tela. Entretanto, vale ressaltar que a assistência como direito humano é a maneira mais viável para lidar com as problemáticas sociais, sendo que assistência não significa que os problemas serão resolvidos, pois o sentido é assistir aos casos mais urgentes, e somente os idosos recebem o atendimento até fim da vida.

O profissional da educação social faz parte da equipe de assistência, a qual faz os acompanhamentos a pessoas com problemas sociais, sendo assim, possibilita-se a inclusão dos indivíduos na sociedade, nos grupos sociais. Diante desse contexto, a forma de assistir aos sujeitos é conduzi-los ao enfrentamento das barreiras existentes devido às condições de conflitos, bem como fazer com que eles possam gozar os direitos que lhes diz respeito e tornem-se pessoas participativas enquanto cidadãos.

Capítulo II

Educação Social e Pedagogia Social

2.1 O Curso de Pedagogia e as discussões necessárias para o âmbito educacional

O curso de pedagogia a princípio destinava-se a formação de professores das séries iniciais, ou seja, o profissional formado nesse curso era preparado exclusivamente para exercer a docência, tendo como lugar de atuação a sala de aula e como público alvo alunos da educação infantil, das séries iniciais e normal médio, sendo assim, era desconhecido o profissional formado em pedagogia com atuação em outros ambientes que não fosse a sala de aula, a supervisão escolar, a administração escolar e a orientação escolar.

É possível compreender que o entendimento que se tinha era um curso que preparava o estudante do ensino superior para ser professor, o que de certa forma pode deixar o curso fragmentado no simples conceito de que a função dos profissionais se referia às áreas escolares. Entretanto, falar em prática educativa é fazer referência às ações desenvolvida dentro da escola, a qual se trabalha diretamente com o aluno, tendo como principal enfoque o ensino e aprendizagem do mesmo, o trabalho pedagógico era estreitamente ligado à docência.

O termo pedagogia remete em sua prática uma consideração diferente do que realmente significa, pois se coloca que é restrita a ação docente, no entanto é sabido por pesquisadores que não resume apenas a essa prática. Segundo (Libâneo e Pimenta, 2006 p:31) *“A pedagogia é mais ampla que a docência, educação*

abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência.” Assim, a educação não se resume ao âmbito sala de aula, podendo compreender as dimensões extra escolares. Salienta-se ainda que o profissional da educação abrange características em larga escala diferentemente do profissional da docência que destina-se ao trabalho enquanto professor.

Em suma, pode-se constatar a implementação do curso de pedagogia como o responsável pela formação de professores, tendo como lugar de atuação o espaço escolar, o qual é visto como ambiente incumbido para fazer as transformações educativas, ou seja, o qual fornece as melhorias para a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo. Partindo do pressuposto de que se pode compreender que o desenvolvimento das atividades educativas só acontece nas dependências escolares ministradas pelo docente, profissional que precisamente está à frente dos trabalhos pedagógicos.

O que caracteriza o curso de Pedagogia como o formador de profissionais da docência deve-se aos conceitos estabelecidos ao longo da história, pois o ensino é direcionado a crianças e estudante do magistério, então, quem faz pedagogia e torna-se pedagogo é pra trabalhar com crianças e como professor. Essa ideia resumida se propagou durante muito tempo, deixando impregnado na mente das pessoas e até mesmo de alguns profissionais da educação que o curso que prepara apenas para ser professor, os quais devem lidar somente com crianças e jovens. Afirma LIBÂNEO (2006; p: 62)

O raciocínio que teria dado suporte a essa ideia é simples: educação, ensino dizem respeito a crianças (inclusive porque o “peda” do termo pedagogia vem do grego paidós, que significa criança). Ora, ensino dirige-se a crianças, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ensinador de crianças, faz-se um curso de pedagogia, isto é, um curso que forma professores para ensinar crianças. Foi essa ideia que permaneceu e continua reincidente na experiência brasileira de formação de professores.

Desmistificando o conceito de que o curso de pedagogia é destinado principalmente à formação de professores, ele pode também, no entanto formar profissionais da educação que podem estar presentes em um espaço vasto, atuando em ambientes extraescolares, os quais acumulam uma demanda imensa e que

necessariamente precisa-se da intervenção e atuação pedagógica, por outro lado o contexto social afetado por situações de conflitos apresenta uma forte carência de atividades pedagógicas que deem suporte aos mais diversos grupos sociais e comunitários, por isso a participação desses profissionais da educação tornam-se imprescindíveis para a sociedade e os sujeitos.

Sendo a sociedade tão complexa e composta por múltiplos conectores sociais, a educação transita em torno de todas as extensões sendo necessário que a ação educativa seja introduzida na sala de aula e em outros espaços sociais que não podem ficar alheios a educação; sabe-se que há o docente incumbido para lecionar e o pedagogo escolar que pode está atuando em um ambiente escolar e não necessariamente na condição de professor, mas como coordenador pedagógico. Nessa perspectiva pode-se analisar outra vertente, a do pedagogo social que desempenha um trabalho direcionado exatamente para os segmentos com problemas sociais.

Diante do rol de problemas que a sociedade acumula muitas vezes de forma silenciosamente e por outro lado abrangem todos os espaços e contextos, a ação educativa acontece em todas as dimensões, entretanto o profissional que atua na esfera escolar não consegue atender através da sua prática aos quesitos existentes na demanda social em sua totalidade, porque no âmbito escolar a preocupação engloba as ações educativas do espaço sala de aula, local onde também surgem problemas de origem social, porém, o foco é com o desenvolvimento do ensino/aprendizagem. Para tanto, é relevante que prática educativa seja desenvolvida em uma conjuntura que favoreça satisfatoriamente o processo de humanização dos sujeitos situados nos cenários não escolares.

O curso de Pedagogia traz um leque de oportunidade que possibilita a atuação em diversos lugares, contudo salienta-se levar alguém a aprender não está associado meramente as escolas, mas a construção do conhecimento está na forma como o profissional realiza seu trabalho nas comunidades, juntamente com o grupo de indivíduos que estão em situações de risco e que precisam urgentemente de uma intervenção consistente. Essa ação educacional pode está se articulando com a política assistencial para que haja identificação das pessoas que estão precisando de medidas socioeducativas. Conforme a (PNAS,2004)

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A Política de Assistência Social (2004) apresenta o público usuário que a constitui, caracterizando-os como os cidadãos ou grupos que estão com algum problema ou se encontram em situações de riscos e de vulnerabilidade; todavia, de acordo com a imensurável quantidade de problemas que os indivíduos enfrentam, é necessário que haja um profissional para trabalhar com a demanda atingida pela violação de direitos. Contudo, perde-se que é possível trabalhar com os indivíduos através de práticas educativas e na promoção dos direitos humanos.

2.2 As Contribuições da Educação Social e os Serviços Socioassistenciais

Entende-se que o indivíduo deve viver em sociedade nas mais inteiras interações uns com outros, é imprescindível que os laços de ser humano não sejam rompidos, para que eles possam conviver em condições de dignidade, entretanto essas circunstâncias nem sempre acontecem da forma como deve acontecer e que constituem o ser humano social e politicamente.

É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. (PNAS)

De acordo com a PNAS (2004), viver em conjunto é algo inerente a vida do ser humano, porque é nas relações e através das oportunidades que se constitui e forma a identidade do ser, nesse viés de interações que se constrói as diversidades culturais e políticas, é por meio da coletividade que o indivíduo se desenvolve e transforma o meio que vive. Compreendendo a forma societária do homem se construir enquanto pessoa, é relevante salientar que é por meio da interação com os vários grupos ou mesmo no individual que ocorrem as várias situações de conflitos, a não aceitação no que diz respeito as divergências da forma de vida dos seres, em decorrência da inaceitação e por outras situações que pode-se encontrar grupos de pessoas em condição de risco social.

Considerando a população que afetada por diversos problemas, seja em caracterização individual ou grupos, é necessário que haja intervenção do educador social, o qual toma as medidas para o desenvolvimento das atividades socioeducativas, o trabalho desempenhado tem como propósito promover a consolidação dos Direitos Humanos, os quais muitas vezes são negados aos indivíduos. Para que esses direitos sejam preservados as atividades e o trabalho do educador social tem que ser realizado com precisão para que haja o respeito dos direitos humanos e que todas as pessoas possam usufruir deles e viver dignamente na sociedade.

Contudo, todos têm seus Direitos e eles devem ser preservados, inclusive os direitos humanos, porém devido às várias situações que existem na sociedade esses direitos são violados, deixando o indivíduo desamparado em volta de vários problemas que atingem a dignidade humana, impedindo que os sujeitos possam participar ativamente no meio social. Entretanto, todos têm direitos iguais perante a lei, bem como o direito a proteção contra qualquer tipo de discriminação que possa contrariar o que é estabelecido em lei, afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos art. 7º *“Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”*

Entende-se que há leis que asseguram o cidadão e os protege contra as práticas de discriminação, diante desse contexto coloca-se como uma forma de

proteger os mesmos, trabalhando de forma articulada com a rede de assistência, a qual tem a finalidade de enveredar por caminhos de proteção aos indivíduos de qualquer tipo de violação dos direitos, bem como, pode intervir também quando já ocorreu a violação de direitos e os sujeitos se encontram em situações de riscos, e enquanto pessoa humana dotada de direitos precisa que estes sejam garantidos, e para tanto é necessário a atuação de um profissional que possa estabelecer medidas que favorecem a reconstituição da pessoa enquanto ser humano e social.

Os serviços socioassistenciais articulados com o trabalho social pautam-se em uma vertente que se propõe ao desenvolvimento humano e social dos sujeitos, uma vez que eles se desenvolvem conforme o meio e os acontecimentos do meio que o cercam, todavia, sabe-se que no cerne da sociedade, há um quantitativo de pessoas que não possuem condições favoráveis para seguir a vida em grupos e na interatividade, devido a problemas de cunho social que acabam eliminando os indivíduos de um roteiro socialmente. Contudo não se pode esquecer que cada pessoa tem seu direito garantido por lei, é crucial que através dos serviços socioassistenciais os indivíduos tenham seus direitos proporcionando um maior prazer para conviver em sociedade.

A Assistência Social oferta seus serviços, programas, projetos e benefícios com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e procedimentos, com vistas a mediar o acesso dos usuários aos direitos e à mobilização social. (NOB/RH)

Dentre os profissionais que estão engajados nos serviços ofertados pela Assistência Social pode-se incluir o educador ou pedagogo social, os quais devem está comprometido dentro dos procedimentos necessários para atender a demanda de usuários que precisam ter acesso aos direitos e ao acontecimento sociais. Os indivíduos em situações problemáticas não têm condições de encontrar o rumo mais viável pra seu desenvolvimento enquanto ser da sociedade, para tanto, é fundamental que um profissional esteja os acompanhando, envolvendo-os nas atividades socioeducativas, promovendo uma aquisição de novos conceitos no que diz respeito a viver com dignidade gozando de todos os direitos promulgados em lei.

Compreendendo a vasta caracterização de problemas que existem na sociedade, é importante entender o que tem respaldo no cerne familiar, local onde

acontece os maiores problemas sociais, o fator que pode contribuir para o crescimento é característico dos novos paradigmas familiares que existem na contemporaneidade, o que antes era constituído por pai, mãe e filhos, onde o pai era quem mantinha o poder, porém atualmente já não é assim que se define o conceito família, principalmente porque a mulher ocupa um grande espaço no mercado de trabalho, não vive mais em função do lar, e por outro lado uma família pode ser constituída por dois homens ou duas mulheres.

Diante desse contexto é imprescindível que os trabalhos precisam está voltados para o seio familiar, ambiente onde acontecem os mais diferentes problemas, portanto, se algum indivíduo em situação de vulnerabilidade no contexto familiar, todos devem ser atendidos pelos serviços socioassistenciais , segundo o (MDS, 2010) *“Parte-se da concepção de que os ciclos de vida familiar têm estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento dos sujeitos que as compõem”*, mediante o que foi mencionado a base familiar e o desenvolvimento estão intimamente ligados, por esse motivo que serviços realizados pela educação social precisam ser condizentes a demanda de problemas promovendo o fortalecimento do vínculo familiar que conseqüentemente contribuir para o indivíduo em sua vida social.

Contudo, esses trabalhos desenvolvidos precisam contribuir para resolver as situações de risco social, de forma que possa modificar ativamente a vida dos sujeitos que afetado pelas mais díspares circunstâncias conflitantes, considerando todos os requisitos enfrentados pelos sujeitos. Os serviços desenvolvidos precisam ser realizados por uma equipe de profissionais que estejam trabalhando em prol de melhores condições sociais para as pessoas com dificuldades de socialização, movidas devido a condições de vulnerabilidade.

Vale Ressaltar que todos os serviços sociais são estruturados e realizados por uma equipe multidisciplinar, que contribuam para enriquecimento dos vínculos sociais, os quais foram rompidos em virtude de algumas situações oriundas de problemas sociais, contudo para lidar com tais fatores é viável que todos os profissionais da rede assistencial trabalhem em conjunto visando um bem comum entre os seres humanos e o meio social. De acordo o **(CNAS)** Artigo 2º, §3º.

São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta, conforme o parágrafo terceiro do Conselho Nacional de Assistência Social coloca em evidência os profissionais que podem está desenvolvendo os serviços socioassistenciais.

2.3. Relatos de vivências: experiências das alunas do curso de Pedagogia a partir do estágio no CREAS

Diante das diversas áreas que o pedagogo pode atuar, tendo o estágio como forma de contato imediato com os espaços não escolares, por isso viu-se a necessidade de pesquisar através de estudantes que realizaram estágio no âmbito denominado CREAS. De forma objetiva um dos participantes relata como se deu o estágio no equipamento (no primeiro momento houve a conversa com a coordenadora, com a equipe técnica do equipamento para gente saber quem era o público, o usuário que naquele momento estava trabalhando com eles, no acaso a gente se voltou mais para os meninos que estavam em medidas socioeducativas. A5).

Diante desse contexto, pode-se perceber que antes de desenvolver qualquer atividade, realizou-se uma sondagem com equipe técnica acerca do público que estava sendo atendido pelo equipamento, conforme o mencionado, o trabalho foi direcionado para as crianças em medidas socioeducativas. O estágio interliga o aluno estagiário ao ambiente de trabalho, é nesse contato que ele vai conhecer o espaço e a realidade vivenciada pelos indivíduos.

Em se tratando de espaço não escolar, pode-se desenvolver atividades que propiciam a aprendizagem dos usuários inseridos no equipamento, proporcionando-lhes uma nova ressignificação para a vida deles. Na entrevista foi questionado a respeito das atividades desenvolvidas pelo estagiário no CREAS, entretanto a resposta foi a seguinte: (atividades socioeducativas no sentido de fazer oficinas para que eles tivessem um momento de lazer, descontração. artes plásticas, trabalhamos com teatro, tiramos fotos, tivemos momentos de embelezamento, de lanches. A4).

Diante desse panorama, pode-se entender que se realizou várias atividades socioeducativas, criando possibilidades para a descontração, porém com enfoque na

aprendizagem dos indivíduos inseridos em determinados espaços, onde são assistidos pelos CREAS. São momentos que fazem com que os sujeitos interajam uns com os outros e que ao mesmo tempo possam gozar dos direitos que lhes são garantidos, quando se trata de trabalhar com idosos, crianças, adolescentes e outros, é um trabalho que se volta para a preservação do direito do ser humano.

Vale salientar ainda que na pesquisa realizada com estagiários, foi questionado a respeito da diferença entre ser pedagogo social e pedagogo escolar, fomentando a cerca do trabalho desempenhado por cada profissional em seu espaço de atuação e público atendido por ele. Contudo, as respostas cedidas pelos entrevistados implica dizer que (o pedagogo escolar fundamenta-se em princípios que vem desenvolver assim uma aprendizagem no educando, visto as diferentes experiências dos mesmos, exigindo em decorrência de conteúdos, métodos e instrumentos para esse processo A3).

Conforme a resposta do entrevistado pode-se perceber, que o pedagogo escolar delimita-se aos aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem do educando, analisando suas experiências e fazendo as exigências a partir dos conteúdos e os métodos utilizados como instrumentos para o processo. Entretanto, o pedagogo escolar segundo a afirmação da entrevista, tem seu trabalho direcionado para o processo de ensino e aprendizagem e especificamente para os conteúdos que são trabalhados no respectivo processo.

Contrapondo o conceito de pedagogo escolar, outro entrevistado posiciona-se a respeito do papel do pedagogo social e quais as dimensões que abrangem, conforme a resposta conclui-se que (O pedagogo social está voltado para trabalhar a parte de assistência às famílias que passam dificuldades com filhos envolvidos nas drogas, com a gravidez na adolescência, com o estupro A6).

Em suma, percebe-se que há certa divergência entre ser pedagogo escolar e ser pedagogo social, uma vez que a segunda colocação evidencia que o pedagogo social tem um trabalho direcionado para assistir às famílias que enfrentam problemas de estupro, gravidez na adolescência entre outros. Partindo desse pressuposto, entende-se que o trabalho do pedagogo dar-se de uma forma complexa, uma vez que vai lidar com vários fatores que inter cruzam à vida das pessoas em seu contexto familiar ou social.

O profissional da Pedagogia Social, se estrutura em paradigmas que permitem uma vasta compreensão no que diz respeito aos fatores que permeiam a vida dos indivíduos em sociedade. Segundo Carvalho e Baptista (2004,p:58) *“A pedagogia social ocupa um lugar privilegiado na construção dos instrumentos conceptuais necessários para compreender e acompanhar as trajectórias de vida que tornam os indivíduos reféns de situações de infelidades e de exclusão”*

De acordo com o mencionado, a pedagogia ocupa um lugar onde constrói ferramentas que são necessárias para trilhar seu trabalho e fundamenta uma compreensão sucinta acerca da trajetória de vida dos indivíduos, podendo visualizar as principais causas dos mais distintos fatores que contribuem para a crescente situação de infelicidade e exclusão que cercam os sujeitos na vivência individual ou social.

Compreendendo que a pedagogia Social se estende por várias dimensões e nos diferentes contextos da vida dos sujeitos. Para lidar com determinadas situações que aprisionam alguns dos seres humanos, é fundamental ter um trabalho direcionado com objetivos, ou seja, precisa-se de atividades para nortear as ações e consequentemente alcançar resultado significados.

Desse modo, pesquisou-se através de entrevista, quais as atividades desenvolvidas por um pedagogo social e a resposta deu-se da seguinte forma (são atividades focadas na humanização. As atividades humanizadoras, realizadas nos equipamentos, que podem ser trabalhadas em grupos, através de dinâmicas, para que haja humanização do sujeito enquanto ser humano, ou seja, é com base na formação social que o pedagogo trabalha. A1). A partir do aludido, as atividades têm características humanizadoras, as quais podem ser desenvolvidas em grupos por meio de dinâmicas, proporcionado à humanização do indivíduo enquanto ser humano e social.

Foi questionado ainda, de acordo com o ponto de vista do estagiário entrevistado, como ele avalia a atuação do Pedagogo Social, diante das respostas colhidas dentro da panorâmica abordada, pode-se dizer que a avaliação do pedagogo escolar consiste em (o pedagogo social tem uma importância muito grande dentro do equipamento, principalmente dentro da sociedade, porque ele é quem está fazendo essa ponte entre o equipamento e a sociedade. O pedagogo

trabalha mais voltado pra essa parte de palestra, atividades externas no equipamento que fazem esse controle com a comunidade, fazendo a união entre a comunidade e o equipamento levando essas informações. A5)

Conforme o exposto pela entrevistada, o Pedagogo Social e seu trabalho é de grande relevância para a sociedade e para o equipamento onde ele também atua, e seu trabalho funciona como uma ponte que serve para ligar os acontecimentos da sociedade ao equipamento, local onde é feita a articulação para resolver os mais diversos problemas. O trabalho do Pedagogo, conforme o mencionado pauta-se em está levando palestras e informações das situações que são relevantes para toda a comunidade, possibilitando a interligação entre o meio social e o equipamento.

Diante do assunto em tela, foi questionado no final da pesquisa com os estudantes que estiveram vivenciando seu estágio no CREAS, sobre o tema em tela, o que é necessário para torna-se Pedagogo Social, e a resposta deu-se de uma forma objetiva (Dá ênfase a uma formação continuada a partir de reflexões sobre a formação de competências e saberes teóricos práticos que representam contribuições fundamentais desenvolvidas na prática pedagógica. A3).

Em suma, é evidenciado que para tornar-se Pedagogo Social, precisa-se primeiramente ter uma formação contínua tomando como ponto de partida as reflexões sobre a formação que se fundamenta nas competências dos saberes teóricos e práticos que são desenvolvidos nas práticas pedagógicas. A formação contínua especificamente para o educador é a vivência advinda das atitudes curiosas, da descoberta, proporciona a evolução do profissional, pois à medida que se forma contribui para a formação dos outros, ou seja, os educandos. Afirma CARVALHO E BAPTISTA (2004 p: 89)

A formação contínua, sobretudo para um educador, é- terá de ser-, por isso, a vivência consequente de atitudes que lhe permitam partilhar a curiosidade, fruir a descoberta, organizar as iniciativas, evoluir, promover-se para que, formando-se, se transforme ajudando a formar os outros- os educandos!- pelo contágio operado por essa formação, a partir daí entendida como autêntico projecto de vida

Capítulo III

O estágio supervisionado reflexivo: contribuições para a participação em espaços não escolares.

3.1 Supervisão reflexiva: contributos para a formação profissional na perspectiva da ALARCÃO

Numa sociedade onde o conhecimento é dinâmico é preciso que se tenha uma educação centrada na reflexão, na criticidade, contudo é preponderante que a supervisão seja também reflexiva como fator contributivo para a profissionalização. Para Tavares (1996, apud Alarcão, 2011, p: 26) "*O Aluno tem de se assumir como um ser (mente num corpo com alma) que observa o mundo e se observa a si, se questiona e procura atribuir sentido aos objetos, aos acontecimentos e às interações*". De acordo com que é mencionado, o aluno desde então precisa ocupar um espaço onde se assuma como ser que observa o mundo a sua volta, bem como pode observar a si mesmo e suas ações.

A partir do momento que o aluno faz uma reflexão de si mesmo e do mundo que o cerca, ele passa atribuir sentido as mais diversas circunstâncias que surgem paralelamente com suas ações, as quais precisam ser analisadas e questionadas para a partir de então alcançar novos paradigmas. À medida que se faz uma reflexão a cerca dos acontecimentos abre-se espaço para o aprimoramento de algo já existente, bem como possibilita um novo sentido no que se refere ao objeto questionado.

É no confronto com a realidade que vai acontecendo o processo de formação profissional, uma vez que esta acontece ao longo do exercício da profissão, é nessa linha de pensamento que o estágio deve ser visto por um ângulo reflexivo, que favoreça desde o princípio como ferramenta que contribua de forma significativa para formação dos futuros profissionais colocando-os frente às múltiplas facetas que irão lidar dentro do espaço educacional e toda a dimensão social. O estágio além de permitir uma aproximação com a realidade, ainda favorece um leque de possibilidades para intervenção no ambiente campo de estágio, enriquece também o

conhecimento do estagiário no que diz respeito aos entraves que serão vivenciados por ele no momento de atuação, é no confronto com a realidade que acontece o processo de formação profissional.

Aceita-se também que a compreensão da realidade, elemento que constitui o cerne da aprendizagem, é produto dos sujeitos enquanto observadores participantes implicados. Reconhece-se ainda que o móbil da formação nos profissionais adultos advém do desejo de resolver problemas que encontram na sua prática quotidiana (Alarcão, 2011 p: 51).

De acordo com a fala da autora, os fatores que compõem a realidade são essenciais para o sujeito que observa nitidamente, que a compreende como elemento fundamental para a aprendizagem. Coloca ainda que a formação do profissional está associada ao desejo de resolução dos problemas que surgem nas práticas cotidianas, no entanto a realização do profissional em formação dá-se no envolvimento dele com as questões que surgem e que exigem uma maior atuação do profissional para que determinados problemas sejam solucionados, é no contato com o concreto que acontece a formação edificada.

Alarcão coloca ainda que a atividade de supervisão joga-se na interação do pensamento e da ação com o objetivo de dar sentido ao conhecido vivido, ou seja, conhecer melhor para agir melhor. De acordo com o pensamento da autora a atividade de supervisão está interligando o pensamento com a ação e fazendo paralelo com o que conhece e com o que se vive na prática, pois é preciso conhecer melhor para agir melhor, uma vez que, não pode avançar em determinada situação se o conhecimento acerca da mesma é fragilizado, por isso, à medida que o conhecimento é elevado, a ação também chegará a mesma proporção.

A atuação reflexiva tem por base a capacidade de está fazendo uma autoanálise da ação, pode fazer uma crítica sobre o que precisa ser modificado, quais as formas mais viáveis para fazer as devidas transformações e os possíveis resultados a serem alcançados. Afirma Alarcão (2011, p:44) *“A noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reprodutor de ideias e práticas que lhe são exteriores”*.

Conforme a afirmação da autora fica explícito que professor reflexivo tem como base ser consciente dos fatores que o torna criativo mediante as circunstâncias que faz parte de sua prática não como mero reproduzidor das práticas já existentes, mas que possibilita o estudo e a busca de subsídios que contribuam para uma prática nova e não apenas delimitar-se na reprodução de ideias fomentada fora do contexto do profissional e da realidade, a qual os sujeitos fazem parte.

É Fundamental que Estágio traga configurações que remetam uma reflexão acerca da ação que vai ser realizada, porque começando por esse caminho da reflexão na ação é que se constituirão os profissionais, a reflexão por sua vez contribui para o aperfeiçoamento da prática, uma vez que se reflete ao realizar determinada ação consequentemente os resultados serão exitosos. A reflexão leva a criticidade do sujeito, porque à medida que ele para e faz uma reflexão de tudo que está em sua volta poderá analisar os pontos negativos e positivos de sua ação, adquirindo assim uma visão crítica da realidade que o cerca. Já diz LIBÂNEO (2012, p:66)

Reflexibilidade é uma característica dos seres racionais consciente; todos os seres humanos são reflexivos, todos pensamos sobre o que fazemos. A reflexibilidade é uma autoanálise sobre nossas próprias ações, que podem ser feitas comigo mesmo ou com os outros.

Entretanto como menciona o autor, o fato reflexão é impregnado à vida do ser humano por ele ser racional capaz de pensar a cerca das suas ações, conduzindo o profissional ao raciocínio sobre como está atuando em determinadas situações. Necessariamente é a partir dessa reflexão que pode-se fazer uma autoanálise do que acontece no momento e consequente fazer uma análise que possibilite a criação de novos caminhos que possam enriquecer ao trabalhos desempenhados, bem como criar resultados consistentes.

Considerando que o ato de refletir está ligado à vida dos seres que raciocinam, que por si só já se faz um ser reflexivo, visto que, ele está inserido em um contexto mesclado de diversas culturas e dos elementos sociais, político, econômico e histórico. A construção dessa reflexão dá-se por intermédio da atuação

do indivíduo no meio em que está inserido e por meio do trabalho que é realizado constantemente.

A reflexão não é uma atitude individual, ela pressupõe relações sociais, revela valores e interesses sociais, culturais e políticos, não é um processo mecânico nem tampouco gerador de novas ideias. É antes uma prática que deve expressar a nosso poder de reconstrução social (Lima e Gomes, 2012, p: 187).

De acordo com o que os autores discutem pode-se entender que a reflexão acontece no encontro com o outro nas relações sociais, ela não acontece numa esfera individual, pois estabelece uma relação com os díspares fatores sociais, políticos e culturais que circundam a vida dos sujeitos. Partindo desse pressuposto é notório que a reflexão acontece de forma que atenda a demanda e aos interesses da sociedade, bem como não ocorre de forma mecânica, mas sim gradativamente à medida que há a percepção de reconstrução social.

Sendo a Reflexão uma maneira de transformar determinadas situações, é relevante que o estágio proporcione essas reflexões desde o início para que consequente esse profissional tenha uma formação reflexiva e que os resultados sejam proveitosos. A contribuição do estágio reflexivo está relacionada aos vários ambientes que a educação se faz presente, como por exemplo, os espaços não escolares, espaço onde o profissional está frente a realidade, podendo fazer e refazer suas ações diante dos olhar crítico acerca das relações empíricas.

3.2. O Estágio supervisionado: superação da dicotomia teoria prática

Nas mais diversas profissões o estágio é necessário como um instrumento que serve para aproximar o sujeito da realidade, colocando-o diante das mais distintas situações, é uma fase em que o indivíduo sai da teoria para prática dentro do campo de estágio, podendo está unindo os dois elementos e realizar o estágio baseado na práxis. Contudo, precisa-se que o estudante faça o estágio, não apenas para cumprir a carga horária ou preencher fichas. Segundo PIMENTA (2010, p:36)

O estágio então, nessa perspectiva, reduz-se a observar os professores em sala de aula e imitar esse modelos, sem proceder uma análise crítica

fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa. Assim, a observação se limita à sala de aula, sem análise do contexto escolar, e espera do estagiário a elaboração e execução de “aulas modelos”.

Entretanto, de acordo com a fala da autora o estágio é colocado apenas como um método que deve ser utilizado para fazer imitações das práticas já existentes e realizar simples observações do que é realizado pelo professor no ambiente escolar. O estágio precisa ser um momento que proporcione uma análise crítica sistematizada teoricamente e articulada com a realidade em que o ensino faz parte em determinado momento mediante os fatores sociais que envolvem todo o contexto.

Em suma, é relevante que o estágio não seja visto como uma maneira que o estudante estagiário possa apenas elaborar aulas baseadas no modelo que já é feito no cotidiano de determinada instituição, porque enveredando por esse paradigma não haverá progresso no que diz respeito ao ensino e aprendizagem e sim uma reprodução. Vale salientar que o estágio precisa alcançar um patamar de criticidade em se tratando das áreas escolares ou não.

O estágio precisa ser reflexivo, uma vez que, o momento e o espaço de atuação possibilite a reflexão por parte do aluno estagiário, fazendo com ele perceba que é no contato com o campo de estágio que se inicia a atuação enquanto ser profissional, partindo desse pressuposto, precisa-se que o estágio saia daquele padrão de meras observações, as quais na maioria das vezes levam o estudante a querer apenas reproduzir a prática já feita pelo profissional em exercício de determinado campo de estágio. O método reprodutivo torna-se insuficiente para formação do sujeito, uma vez que não é relevante a reprodução, mas a construção de profissionais com práticas próprias.

É de suma importância que o estágio seja visto em uma esfera reflexiva, com características de transformação e não de pequenas reproduções, pois dessa forma estará se construindo profissionais que farão apenas o que já está sendo feito nos espaços educacionais, é relevante que ao ir ao campo de estágio os estudantes tenham um olhar crítico, capaz de enxergar determinadas situações e analisá-las criticamente, para fazer diferente posteriormente nas suas ações.

O cenário precisa de práticas educativas satisfatórias, que tragam um grande significado na vida das pessoas que precisam das ações dos educadores, para isso

precisa-se de ações que favoreçam e não que deixem lacunas, para tanto os profissionais da educação em formação inclusive em espaços não escolares, não devem trazer em sua prática um modelo artesão, com ações repetitivas, mas sim procurar se adequar a realidade e aos problemas existentes.

O estágio funciona como um intercâmbio, o qual possibilita uma aproximação com a realidade existente nas áreas denominadas campo de estágio, salienta-se que apenas entender a teoria de forma pronta não garante a formação completa do indivíduo, enquanto profissional é preciso ver na prática como tudo acontece, relacionar-se com o público alvo, perceber os desafios, as satisfações e insatisfação que circundam o espaço de atuação, possibilitando a compreensão de como se desenvolve na prática a ação do educador, seja no espaço escolar ou extraescolar.

No estágio supervisionado como em qualquer situação a teoria e a prática são indissociáveis, uma vez que ambas precisam está articuladas nas ações que configuram a ação do profissional, proporcionando um trabalho permeado pela articulação, que envolva a teoria e prática. De acordo com Fávero 2001(apud Borssoi 2008) *“propõe a construção de um conhecimento dialético, em que a teoria e prática sejam consideradas como um núcleo articulador no processo de formação a partir do trabalho desenvolvido com esses dois eixos de forma integrada, indissociável e complementar”*.

De acordo com a fala do autor é proposto que a construção do conhecimento aconteça em um patamar dialético, onde a teoria e a prática seja o cerne no processo de formação, onde os dois eixos possam está articulados sem qualquer dicotomia podendo complementar o desenvolvimento do profissional e de ação dele dentro do espaço de atuação. É relevante que o profissional compreenda que teoria e prática estejam juntas, uma vez que, para vivenciar a prática é importante que se tenha um embasamento teórico que contribua para uma ação reflexiva, possibilitando a análise do que foi trabalhado.

Em suma, ser reflexivo é está fazendo análises sobre as próprias ações, e propor-se a inovar suas ações, pois a partir do momento que reflete sobre o que se faz, abre-se caminhos para a pesquisa, a qual serve como subsídios para fortalecer o conhecimento já existente e criar-se outro. Em suma, ser reflexivo é está fazendo análises sobre as próprias ações, e sobre a busca de algo novo, pois à medida que

reflete sobre o que se faz, abre-se caminhos para a pesquisa, a qual serve como subsídios para fortalecer o conhecimento já existente e criar-se outro. Afirma PIMENTA (2010 p: 231)

Os resultados obtidos na pesquisa se constituem no conhecimento gerado a partir do problema pesquisado, o que pode resultar em confirmação da teoria existente ou levar à revisão parcial ou total do referencial científico estudado, na busca das explicações das determinações da realidade.

Conforme a fala da autora pode-se entender que os resultados obtidos das pesquisas são condizentes com os problemas que são pesquisados a partir de uma necessidade que concentra-se na realização da prática. Todavia, a pesquisa é relevante porque vai culminar em estabelecer a teoria existente ou levará a revisar as referências teóricas estudadas, o que implica na busca de explicações para as configurações da realidade vigente.

Cabe discutir ainda em relação à pesquisa, no que se refere ao estágio, uma vez que ambos podem está articulados para a realização da prática, independente da área campo de estágio, se faz necessário que a pesquisa exista como fonte para a edificação da análise acerca do que vai ser estudado e como vai ser trabalhado na prática, assumindo um patamar de reflexão , onde a teoria e a prática se confluem.

Para Pimenta (2012 :p 31) “Os saberes teóricos propositivos se articulam, pois, aos saberes da prática, ao mesmo tempo ressignificando-os e sendo por eles ressignificados”. Partindo do pressuposto, os saberes teóricos estão intimamente ligados com os saberes da prática, proporcionando novos significados e ao mesmo tempo ganhando novos significados. Diante desse contexto, não se pode pensar em ações sem que haja a presença da teoria e da prática, onde ambas se cruzam edificando os procedimentos educativos.

3.3. A atuação em espaços não escolares: proteção social de média complexidade/CREAS.

É sabido pelas instituições de ensino superior que o pedagogo pode está atuando em outras esferas não condizentes com o espaço escolar, mas que não se distancia do desenvolvimento dos das atividades educativas que proporciona aos

sujeitos o processo de aprendizagem que contribuirá para o desenvolvimento dele enquanto pessoa e como ser inserido no meio social.

Considerando essa atuação em espaços extraescolares, pode-se compreender que uma das áreas de atuação do pedagogo denomina-se CREAS (Centro de Referências Especializados da Assistência Social) que é um órgão Municipal ou Regional responsável pelo atendimento às pessoas e famílias que tiveram seus direitos negados. Portanto, a atuação do CREAS está intimamente ligada à proteção social do sujeito, bem como resgatar os vínculos familiares que foram desfeitos devido aos problemas a que foram acometidos.

Considerando a definição expressa na Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento.(MDS,2009)

Os serviços desenvolvidos no CREAS têm como função primordial está pautando-se pela reorganização e favorecendo por intermédios do trabalho a reestruturação das famílias vitimadas por algum tipo de violência. Nesse contexto o mencionado órgão promove um trabalho que contribui para o resgate da vítima no que diz respeito a sua auto estima e sua participação ativa no meio social.

Os serviços dos CREAS têm impacto direto na reorganização e reestruturação da família, e até mesmo de comunidades. Têm o potencial de promover o desenvolvimento pessoal e comunitário, promovendo o resgate da auto-estima, identificação e desenvolvimento de potencialidades capacidades e de promoção de inserção e participação social.(MDS,2008)

O equipamento é uma das esferas que juntamente com uma equipe multidisciplinar procura trabalhar de uma forma que atenda a demanda de pessoas que precisam de proteção social e que não podem ficar convivendo com os problemas e distantes da socialização. *“Nos CREAS, são ofertados serviços de informação, orientação, apoio e inclusão social, visando à garantia e defesa de direitos a indivíduos” (MDS, 2008).* Partido desse pressuposto o equipamento fornece uma gama de contribuições para fazer com que os indivíduos tenham seus direitos mantidos, preservados e resgatados.

A proteção social de Média complexidade é incumbida de organizar os serviços que devem ser destinados aos sujeitos e as famílias que estão em situação

de risco pessoal e social juntamente com a violação de direito, entretanto devido à proporção dos conflitos que cada pessoa ou grupo enfrenta, a proteção social de média complexidade oferta os serviços, bem como se destina a acompanhar individual e sequencialmente as vítimas, contudo os serviços precisam ser articulados com a rede.

A situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. (PNAS)

Mediante o mencionado, pode-se notar que a Política de Assistência Social é pautada por três vieses que englobam as pessoas, as circunstâncias as quais as mesmas se encontram e a família, o principal núcleo que se origina as mais diversas situações. Entretanto, para que o desenvolvimento da proteção social seja consistente, é viável que a princípio haja conhecimento da vida cotidiana das pessoas, porque só conhecendo é que se pode saber sobre a realidade enfrentada pelos sujeitos, as situações de riscos que os afetam.

A atuação do Pedagogo em espaços não escolares é pautada precisamente nos serviços desenvolvidos no equipamento, uma vez que as demandas de problemas é alarmante e para que haja resolução é fundamental que uma equipe multidisciplinar trabalhe em conjunto para que os serviços ofertados contribuam significativamente para os indivíduos que são vítimas em situações de risco pessoal e social.

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
2. Serviço Especializado em Abordagem Social;
3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (MDS 2009)

A Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, denomina quais os serviços de proteção social de média complexidade, a qual é composta por mecanismos que

visam atender as pessoas vitimadas da violação de direitos. Contudo os serviços servem para reconstruir as rupturas existentes no seio familiar, porque além do atendimento individual, as famílias recebem atendimento condizente aos problemas que os afetam.

Os serviços fazem toda uma articulação acerca dos atendimentos que são direcionados a determinado público, que tem como objetivo proteger os sujeitos que estão em condições de riscos. Pode-se perceber que há a oferta de serviço de proteção e atendimento especializado, o qual consiste em fazer abordagem Social, proporcionando um maior conhecimento acerca das incidências de violação de direito que possa existir em determinadas localidades.

Ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência(PNAS,2004)

Em suma, é agindo nos pontos mais escondidos do território e lidando com dinamismo enfrentado pela população, que pode-se visualizar nos mais diversos departamentos da sociedade os tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas, ou seja, a população que está em situação de rua, adolescentes em conflitos, idosos e demais grupos que estão marginalizados. Contudo, a Política de Assistência Social intervindo de maneira significativa nas camadas mais fragilizadas, terá ciência acerca dessa demanda que se concentra nos recônditos da sociedade e que precisam de acompanhamento dos órgãos competentes.

É preponderante a intervenção no cerne das camadas da sociedade, porque as estatísticas mostram situações que muitas vezes não é condizente com a realidade enfrentada pelas esferas sociais. Por isso, é necessário que a Política desempenhe um trabalho preciso que compreenda toda a população que fica à margem do espaço social e que não são contabilizados dos dados estatísticos, mas que não podem ser excluídos.

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de

medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (NOBRH/2005)

Contudo, a proteção especial tem como intuito desenvolver um trabalho socioassistencial voltado para as famílias e indivíduos que são cercados pelos mais diversos problemas denominados como maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual entre outros. Partindo do princípio de que a proteção social especial é uma forma de intervenção direcionada com as pessoas que estão em meio aos riscos pessoal e social, por direito que cada um tem, para tanto devem ser protegidos de qualquer violência.

Em suma, a atuação do profissional pauta-se por um patamar que exige do seu trabalho a garantia de direitos do ser humano em situação de risco, por isso, dependendo da situação apresentada poderá recorrer a outros suportes como por exemplo o Ministério Público, poder Judiciário e demais esferas que atuam juntamente com a rede socioassistencial com o objetivo de minimizar os problemas que afetam a vida das pessoas e dos mais distintos grupos sociais.

O serviço de média complexidade é voltado especificamente para os indivíduos e para as famílias que tiveram seus direitos violados, porém não houve rupturas de vínculos, entretanto o trabalho desenvolvido vai enfatizar o fortalecimento de vínculos. Segundo a NOBRH 2005” *São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.* Diante do contexto o objetivo dos serviços é crucial, uma vez que são contributivos para o fortalecimento de vínculo do sujeito no cerne familiar, impedindo o agravamento das situações e consequentemente o rompimento do vínculo.

CONCLUSÃO

É de extrema relevância fazer uma interpretação sobre a atuação do Pedagogo em ambientes não escolares, pois nesses ambientes também se desenvolvem atividades educativas que proporcionam ao indivíduo uma aprendizagem significativa, e retomam a discussão da importância dos valores, uma vez que muitos são deixados para segundo plano em detrimento dos conteúdos acadêmicos. Em outras esferas da sociedade é onde se concentra grandes problemáticas que afetam a vidas dos sujeitos, seja em seu contexto individual ou social.

Acredito que para lidar com os grandes desafios, o profissional precisa está sempre se atualizando em termos de conhecimentos, pois a sociedade sofre transformações nas conjunturas de ordem econômica, política e social, e com isso o trabalho realizado pelo pedagogo atenta para com todas essas modificações que de certa forma influenciam na vida do ser humano, e, sobretudo precisam de uma articulação eficaz que favoreça a realização do trabalho atrelado às exigências apresentadas pela sociedade.

Ações educativas ou socioeducativas, acontecem em outros lugares fora dos muros escolares, porque enquanto há a preocupação com o ensino e a aprendizagem dos alunos nas escolas, na sociedade existe populações que são afetados por problemas que coloca em xeque a dignidade humana, pessoas que têm seus direitos violados e são “excluídas” da sociedade. Partindo desse pressuposto, percebo que ações educativas são relevantes nesses âmbitos, criando possibilidades de colocar as pessoas vítimas de alguns problemas para o meio da sociedade, onde possam participar ativamente como cidadãos.

Contudo eu percebo que não basta falar em educação social, é preciso enxergar os problemas que atingem boa parte das pessoas, pois em todos os ambientes encontra-se pessoas que são vítimas de algum tipo de violência, dentre essas pessoas pode-se citar o grupo de idosos, os quais em sua grande maioria sofrem com a violência física, psicológica e outras, por estarem nessa fase de velhice, muitos são abandonados pela família, e sendo assim é necessário que os profissionais estejam voltados para essas situações que trata-se de violação de

direitos, porque eles não estão sendo tratados conforme está promulgado no Estatuto do Idoso.

Dentro dessa panorâmica, posso perceber no meio social alguns casos de violação de direitos das crianças e adolescentes, os quais são vítimas de violência sexual, são explorados para trabalhar, quando deveriam está na escola. Pode-se visualizar também a população LGBTT, outro grupo de indivíduos que têm seus direitos violados, os quais são segregados da sociedade, por optarem por uma orientação sexual que não é condizente com os paradigmas aceitos por boa parte da sociedade. Fazendo uma análise é possível perceber que todos os seres humanos têm o direito de ser ele mesmo, independente de orientação sexual, se é idoso, se é criança ou adolescente, o direito de cada um deles deve ser garantido para que possam viver com dignidade.

É diante dessas circunstâncias, que a Educação Social precisa está direcionada, onde o pedagogo juntamente com uma equipe multidisciplinar estejam preparados para assistir os indivíduos que têm seus direitos violados, desenvolvendo ações que fortaleçam os vínculos deles com a família. Diante disso, a Educação Social é extremamente importante, porque vai buscar as pessoas afetadas pelas problemáticas para dentro da sociedade, onde precisam atuar como seres autônomos e críticos.

Com a grande demanda de violação de direitos que se concentra nos distintos locais da sociedade, é possível dizer que não se tem uma inclusão social, uma vez que, as vítimas de violência não têm a mesma oportunidade de dividir e participar do mesmo ciclo e convivência que as demais que nada sofreram, diante disso a Educação Social vislumbra desenvolver um trabalho pautado em fazer valer os Direitos Humanos, os quais, toda e qualquer pessoa pode usufruir, porém é necessário que um profissional seja o mediador para levar as devidas informações para as pessoas.

Portanto, em meio a essas conotações, pode-se perceber o quanto é imprescindível a atuação do Pedagogo Social nos espaços informais, pois há um grande público que precisa da intervenção desse profissional. Atualmente o curso de pedagogia já abrange as áreas não escolares e possibilita todo esse trabalho social com os grupos de indivíduos que são afetados por problemas de cunho social.

Diante dessa situação, o Curso de Pedagogia alcança um novo patamar de atuação, pois possibilita que o profissional formado desempenhe seu trabalho nas instituições escolares bem como em outros espaços, o que diferencia de períodos anteriores, que era visto como um curso destinado especificamente para lecionar às séries iniciais, o profissional que se formava em pedagogia era para exercer a docência, ou seja, ser pedagogo se restringia meramente a lidar com as atividades educativas da sala de aula, precisamente com o ensino e a aprendizagem.

Para lidar com as peculiaridades que a sociedade juntamente com os distintos grupos vitima de algum tipo de violência, é preciso que haja toda uma articulação dos profissionais que trabalham em conjunto com os serviços socioassistenciais, os quais são destinados os indivíduos com direitos violados, pois são esses serviços que contribuem para amenizar os problemas, e para orientar quanto aos direitos promulgados em lei, os quais são inerentes à vida do ser humano. Esses serviços favorecem o desenvolvimento humano e social dos sujeitos.

Partindo do pressuposto de que em todo curso existe o estágio, como forma de colocar o estudante em contato com o campo de atuação, no curso de Pedagogia também é visível essa prática, que vai desde a sala de aula até as dimensões informais. Portanto é fundamental que seja um estágio reflexivo, onde o estagiário aproveite para refletir a cerca da realidade encontrada, para assim direcionar sua prática de forma que atinja conotações diferentes das práticas já existentes, pois a partir do momento que há a reflexão, conseqüente haverá ação bem estruturada que conduz a resultados significativos que modifica a realidade existente.

Entretanto, pautar-se por estágios reflexivos é permitir que o aluno estagiário quebre o tabu de que ir ao campo de estágio serve apenas para reproduzir ações, ou então para preencher fichas e cumprir uma carga,. É relevante que o estagiário se perceba como profissional crítico desde o primeiro momento que está em contado com ambiente de trabalho. Atuando em ambientes não escolares, é fundamental que se faça uma sondagem a respeito do público atendido pelo equipamento, para poder saber direcionar a prática.

O estágio mesmo sendo uma fase transitória, é importante para o profissional em formação, porque desde então ele já lida com uma realidade que precisa ser trabalhada da forma mais dinâmica possível, principalmente por se tratar de pessoas

com direitos violados, é a partir desse contexto que se precisa de toda uma articulação entre teoria e prática, uma vez que ambas estão intimamente ligadas, ou seja, é necessário o embasamento teórico para condução das ações. Contudo, percebe-se a importância do trabalho realizado em áreas não escolares, uma vez que devem ser precisos no que se refere à promoção dos Direitos Humanos e por outro lado para ser profissional agente transformador da realidade é crucial que se tenha uma formação contínua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Izabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**, 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, Constituição, 1988-disponível em:<

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/Completo.pdf>> acessado em 20 de Abril de 2014.

CREAS-Institucional, disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/perguntas-e-respostas/arquivos/creas-institucional.pdf>>acessado em 20 de Maio de 2014.

CARVALHO, Adalberto Dias de BAPTISTA, Isabel, **Educação Social Fundamentos e estratégias**, Portugal: Porto, 2004.

BRASIL, resolução nº17 de 20 de Junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em:<

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Ffnas%2Flegislacao%2Fresolucoes%2Farquivos-2011%2Ffnas-2011-017-20-06-2011.pdf%2Fdownload&ei=t9mhU_21C-ersQS2oYDoCw&usg=AFQjCNHZe7XGxMrfuN0DG9D5pdZUMKLAqw&sig2=wM186JQFGrrMtMe5HobQyw&bvm=bv.69137298,d.b2k> acessado em 15 de Janeiro de 2014.

DEMO, Pedro, **Política Social, educação e cidadania**-10ª ed. São Paulo: Papirus, 1994.

Declaração universal dos Direitos humanos disponível em

http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf

Brasília 2010, Estatuto do idoso, disponível em :

http://www.defensoria.to.gov.br/Nudecon/Documentos/Legislacao/estatuto_idoso_4ed.pdf acessado em 12 de Janeiro de 2014.

Educação: integração, inserção e reconhecimento social para o idoso-Paola Andressa Scortegagna e Rita de Cássia da Silva Oliveira em 25 de Abril de 204<<disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/4858/3440>> acessado em 26 de Março de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido et al, *Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e Perspectivas*-2ª ed.- São Paulo: Cortez, 2006.

BRASÍLIA 2010, Estatuto da Criança e do Adolescente, disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CEIQFjAD&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F785%2Festatuto_crianca_adolescente_7ed.pdf%3Fsequence%3D10&ei=OgWjU42gKMnisASi5oDoDA&usq=AFQjCNHU3WcyOfJhkpWndnLvWByrScoima&sig2=bWPg8IP1d1PDvJzoXX-GvQ> acessado em 28 de Outubro de 2013.

MARINHO, Genilson, **Educar em Direitos Humanos e Formar Para Cidadania no Ensino Fundamental**, São Paulo:Cortez,2012.

MDS, Brasília, 2011 Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cartilhas/perguntas-e-respostas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas/03-livreto-pergunt-> > acessado em 20 de Maio de 2014.

MDS,2012-Medidas Socioeducativas disponível em:

<https://www.seds.mg.gov.br/images/seds_docs/Suase/versaofinal_livroseds.pdf> acessado em 15 de Março de 2014.

O compromisso das empresas com os **LGBT** direitos humanos- disponível em < http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Manual-20LGBT_Dez_2013.pdf<< acessado em 24 de Maio de 2014

PIMENTA, Selma Garrido, GEDHIN Evandro, **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**-7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria do Socorro Lucena, **Estágio e Docência**, 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Política Nacional de Assistência Social- PNAS /2004 Norma de Operação Básicas – NOB/SUA :disponível em< <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial> > acessado em 15 de Janeiro de 2014.

BRASIL, Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/arquivos/livro-tipificacao-nacional-internet.pdf/view>> acessado em: 15 de Abril de 2014.

WERCHEIN, Jorge et al, **Pobreza e desigualdade no Brasil-Traçando Caminhos para a inclusão social**, Unesco. Disponível em:

<unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf >acessado: em 26 de Maio de 2014.